



ANIMALIDADE E ANTROPOCENTRISMO EM *HISTÓRIA DE PASSARINHO*, DE LYGIA FAGUNDES TELLES



ANIMALITY AND ANTHROPOCENTRISM IN *HISTÓRIA DE PASSARINHO*, BY LYGIA FAGUNDES TELLES

FELIPE DA SILVA MENDONÇA

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 31/03/2021 • APROVADO EM 05/06/2021

Abstract

Understanding non-human animals as beings that have agency and individuality, that is, living beings that are not inferior to human beings, this paper aims to analyze the representation of other animal species in the literature. For that, we chose the short story *História de passarinho*, by Lygia Fagundes Telles, that allows discussions about animality and anthropocentrism. Theorists like Lestel (2011) and Maciel (2016) helped us to reflect on animality, whereas Weitzenfeld and Joy (2014), Fitzgerald and Pellow (2014), Plumwood (2005) and Donovan (2018) support our reasoning about anthropocentrism. The analysis of the short story by Fagundes Telles reveals how the culture of rationalism influences our view of non-human animals. In addition, Telles' narrative shows how the act of writing the animal is constituted as a learning exercise, in which we come into contact with animal otherness and recover our own animality.

Resumo

Compreendendo os animais não humanos como seres que possuem agência e individualidade, isto é, viventes que não são inferiores aos seres humanos, este artigo tem como objetivo analisar a representação das outras espécies animais na literatura. Para tanto, elegemos o conto *História de passarinho*, de Lygia Fagundes Telles, o qual possibilita discussões sobre animalidade e antropocentrismo. Teóricos como Lestel

(2011) e Maciel (2016) nos ajudaram a refletir acerca da animalidade, já Weitzenfeld e Joy (2014), Fitzgerald e Pellow (2014), Plumwood (2005) e Donovan (2018) fundamentam nosso raciocínio sobre antropocentrismo. A análise do conto de Fagundes Telles revela como a cultura do racionalismo influencia nossa visão sobre os animais não humanos. Além disso, a narrativa de Telles mostra como o ato de escrever o animal constitui-se enquanto um exercício de aprendizagem, no qual entramos em contato com a alteridade animal e recuperamos a nossa própria animalidade.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Animality. Anthropocentrism. Zooliterature. Critical animal studies. Lygia Fagundes Telles.

PALAVRAS-CHAVE: Animalidade. Antropocentrismo. Zooliteratura. Estudos críticos animais. Lygia Fagundes Telles.

Texto integral

Na mitologia grega, a história de Narciso revela o perigo de estar apaixonado por sua própria imagem. A ideia de individualidade como compreendemos hoje ainda não existia na Grécia Antiga, pelo contrário, pregava-se pelo coletivo, era, para recordarmos as considerações de Lukács (2009), uma cultura fechada, em que não havia incertezas e conflitos com o mundo. Morrer em prol da sociedade era, portanto, um ato heroico, não algo para ser temido. Nesse sentido, quando Narciso é amaldiçoado a se apaixonar por seu reflexo, o mito mostra os perigos do individualismo para a sociedade grega. Para além dessa questão, há um narcisismo que data desse período e segue, como uma maldição, presente na nossa cultura: o antropocentrismo.

Seja nas fábulas de Esopo ou nos contos de fada, seja em narrativas modernas como **A revolução dos bichos** (1945), os animais não humanos, ao marcarem presença na literatura, costumam, quando não são apenas figurantes, serem lidos como metáforas ou alegorias, isto é, são usados para falar sobre pessoas. Outra forma comum desses viventes surgirem na literatura é quando os humanos são comparados a eles. Nesses casos, esse recurso é utilizado para exaltar o homem como racional, criativo, superior ou, então, é usado de maneira grotesca, em que as imagens humana e não humana são colocadas na categoria de besta. Em resumo, nos dois casos as outras espécies animais são vistas como inferiores.

Com base nos Estudos críticos animais (*Critical animal studies*) e na Zooliteratura, este artigo tem como objetivo analisar a representação dos animais não humanos na literatura, compreendendo-os como viventes que possuem agência, não como simples objetos, nem como inferiores aos seres humanos. Para isso, elegemos o conto *História de passarinho*, de Lygia Fagundes Telles, integrante da coletânea **Invenção e memória** (2000). Nessa narrativa, acompanhamos a relação de um homem com seu pássaro, no decorrer do enredo percebemos o quanto eles compartilham sentimentos semelhantes e, principalmente, a individualidade de cada um. Assim, ainda que exista uma desigualdade entre os dois devido ao antropocentrismo, o pássaro comunica claramente o seu desejo. Desse modo, o conto de Lygia Fagundes Telles nos permite pensar sobre

antropocentrismo, racionalismo, animalidade, alteridade, dentre outros conceitos que esclareceremos ao longo do estudo.

A visão antropocêntrica em nossa cultura não é sem motivos. Para compreender isso é preciso refletir sobre a seguinte pergunta: qual a nossa cultura? Benedito Nunes (2011) elucida que se trata de uma cultura com raízes nas tradições greco-latinas. O narcisismo antropocêntrico já marcava presença nos costumes dessas sociedades. Segundo Nunes (2011), os animais não humanos além de ficarem à margem da cultura, eram vistos como bárbaros, isto é, as outras espécies animais eram entendidas como diferentes, o oposto e, por isso, inimigas. Assim, de acordo com Maciel (2011), ao longo dos séculos, a literatura associou a parte animal do homem com um mal constante, de maneira que proliferaram seres híbridos e metamorfoses diabólicas que demarcavam a ameaça da animalidade.

Essa perspectiva pejorativa em relação aos animais não humanos é perpetuada em nossa sociedade em virtude da dicotomia cultura-natureza. Fitzgerald e Pellow (2014) argumentam que as pessoas são vistas como os seres agenciais que criam uma cultura, enquanto as demais espécies animais e o ambiente são enquadrados naquilo que chamamos de natureza e relegados à categoria de objetos. Nesse sentido, conforme Fitzgerald e Pellow (2014), a dicotomia cultura-natureza é hierárquica, isto é, a cultura é dominante, por isso vista como normal e privilegiada, de maneira que a natureza é seu oposto, anormal e inferior. Essa dicotomia faz com que os seres humanos sigam sendo compreendidos como diferentes, únicos e superiores, afinal, fazem parte do reino cultural.

Para o privilégio conferido aos humanos como o centro de toda significância, damos o nome de antropocentrismo. De acordo com Weitzenfeld e Joy (2014), o antropocentrismo é um sistema de crenças, uma ideologia que prega e naturaliza a supremacia humana. Assim, do mesmo modo em que hoje compreendemos que as ideias de homem e mulher são construções sociais que sofreram transformações ao longo dos séculos, os referidos autores acentuam que o privilégio humano também é uma construção histórica que busca manter os poderes dessa espécie.

Weitzenfeld e Joy (2014) explicam que a hierarquia e o dualismo humano-animal do humanismo antropocêntrico são conservados por três proposições: excepcionalidade humana, perfeição e dignidade. O discurso, a razão e a consciência marcariam, então, aquilo que há de excepcional nas pessoas, mas não há nas outras espécies animais. Em relação à perfeição, parte-se da ideia de que o ser humano é a entidade autônoma da sociedade, aquele capaz de pensar livremente e que se constitui como a fonte do conhecimento e do valor. Por fim, a dignidade revela a superioridade humana, afinal, se os animais não humanos não falam, não pensam, não criam cultura, conhecimento e valor, isto é, não alimentam a mentalidade cartesiana, eles são apenas objetos e, por isso, não precisam ter sua individualidade respeitada.

O que vem a nossa mente quando mencionamos a palavra “humano” hoje é, segundo Weitzenfeld e Joy (2014), resultado de um longo processo de seleção, adaptação e definição em conformidade com a incorporação de uma cultura particular sobre outras. A imagem espelhada pelo conceito de humanidade é específica: o grupo exclusivo de homens pertencentes à elite. Weitzenfeld e Joy

(2014) frisam que esse conjunto restrito de seres humanos que governa também classifica como outros aqueles a quem se opõe: animais, mulheres, estrangeiros, pobres, pessoas com deficiência, dentre outros. Para exemplificarmos como a ideia de humanidade é inventada e cambiante, basta pensarmos na história brasileira, a população africana e seus descendentes não eram vistos como seres humanos, eram objetos, bichos, máquinas, por isso eram forçados a realizar trabalho escravo.

Quando Fitzgerald e Pellow (2014) indicam a superioridade do reino cultural na dicotomia cultura-natureza, não deixam de observar que esse reino é restrito. A concepção masculina hegemônica é a que está ligada à cultura, enquanto mulheres, negros e pobres, por exemplo, estão muito mais associados à natureza. Com isso, a natureza e aqueles que estão correlatos a ela têm um menor valor em relação aos que pertencem à cultura. Fitzgerald e Pellow (2014) salientam que esse processo embasa as numerosas formas de opressão humana, como o racismo e o sexismo, bem como a opressão contra as outras espécies animais. Inclusive, para Weitzenfeld e Joy (2014), torna-se evidente que o humanismo antropocêntrico busca silenciar a agência e a experiência dos corpos animais (humanos e não humanos) quando pensamos sobre a ética humanista, uma vez que essa parte do princípio que os seres humanos têm direito e autoridade para atribuir o *status* moral de outros, ou seja, de que podem pré-julgar quem conta moralmente e quem não.

Os critérios adotados para inferiorizar os animais não humanos costumam ser, conforme Plumwood (2005), as capacidades humanas que faltam nas outras espécies, contudo esse parâmetro não reconhece habilidades notáveis que os outros viventes possuem e faltam ao ser humano, como a percepção ultravioleta, o sonar, as habilidades notáveis de voo e navegação, dentre outras. Além disso, a própria razão, competência que o pensamento cartesiano coloca como o diferencial humano em relação às outras espécies animais, é vista por Plumwood (2005) como um perigo para a nossa sobrevivência. A autora destaca que vivemos uma crise ecológica e que uma atitude realmente racional seria pensar em uma nova cultura, uma cultura ambiental, na qual o ser humano não só voltaria a se reconhecer como parte da natureza, mas também como uma entidade dependente dela. Contudo, na cultura do racionalismo, em que a ética centrada no homem só vê valor na natureza quando essa serve como um meio para seus fins, a crise ecológica é agravada constantemente (PLUMWOOD, 2005).

Desse modo, segundo Plumwood (2005), o comportamento humano frente à referida crise não é nada racional. A contínua destruição das florestas tropicais causada, principalmente, por queimadas e desmatamentos; as espécies animais que seguem entrando em extinção; o efeito estufa e o aquecimento global; a degradação dos oceanos, enfim, são consequências da atual cultura do racionalismo.

Plumwood (2005) pontua que para entender a irracionalidade que orienta essas decisões de impacto coletivo e global, precisamos olhar com cuidado o local de onde essas decisões vêm, bem como quais viventes serão afetados negativamente e positivamente, ou seja, quem vai morrer e quem vai prosperar com essas atitudes. Para exemplificar essa questão, Plumwood (2005) estabelece uma comparação com a história do *Titanic*. Conforme a autora, a crise ecológica anunciada e em curso é o nosso *iceberg*, porém, ao contrário da história do navio,

em que mulheres e crianças eram salvas primeiro, na nossa realidade, os milionários serão os primeiros a serem salvos. Vale salientar que, para Plumwood (2005), a razão não é um problema, mas sim a arrogância do racionalismo que, como Narciso, está aficcionado por sua imagem, sentindo-se superior e ignorando a destruição causada na natureza.

Nesse sentido, o especismo, enquanto privilégio dado a algumas espécies em detrimento de outras, não é, conforme Weitzenfeld e Joy (2014), a fonte das desigualdades, mas um sintoma da opressão existente na materialidade hierárquica das instituições, nas quais o poder e o capital (fiscal, cultural, social, religioso) são acumulados por meio da exploração.

Para aclarar essa questão, Donovan (2018) sugere a aplicação da teoria marxista ao problema, em vista de indicar sua dimensão política. Com base nos estudos de Lukács, a autora explica a reificação e a mercantilização dos trabalhadores no processo de produção capitalista, isto é, na linha de montagem, o trabalhador se torna uma mercadoria, uma quantidade. No decorrer desse movimento, o sujeito percebe que sua consciência não é objetiva como as máquinas, ele tem um lado subjetivo. Desse modo, ao mesmo tempo em que é desumanizado e reificado pelo sistema, sua humanidade e sua alma permanecem, a partir de seu ponto de vista, verdadeiras, pois, para ele, não podem ser transformadas em mercadoria. Assim, quando os sujeitos são tratados como objetos, Donovan (2018) explica que há uma disjunção entre objetificação e subjetividade que resulta no desenvolvimento de uma consciência crítica, pois o sujeito sabe que não é uma coisa.

Conforme Donovan (2018), os animais não humanos também são reificados, porém em um nível ainda maior que os referidos trabalhadores. Esses viventes são transformados em produtos e quantidades pela indústria carnista, bem como pela ciência de laboratório. Donovan (2018) ressalta que os corpos humanos, pelo menos, não são convertidos em alimento para consumo, nem mortos em processos de experiência científica.

Para que as outras espécies animais deixem de ser tratadas como objetos, Donovan (2018) argumenta que é preciso garantir a elas um *status* ético, ou seja, admitir que também possuem um ponto de vista comunicável e que o ser humano deve acatá-lo. Para isso, a autora defende que uma teoria da subjetividade deve ser pensada pelos estudos críticos animais, uma vez que reconhecer os animais não humanos como sujeitos¹ significará que eles farão parte da nossa preocupação ética e já não serão apenas objetos manipuláveis. Nesse sentido, Donovan (2018) explica que, ao ouvir o lamento de um cachorro, por exemplo, a pessoa percebe o desprazer expresso pelo canino e, sendo esse entendido como um sujeito, o ser humano estará propenso a sentir simpatia por seu semelhante, isto é, a consciência ética evidencia que esse vivente está sofrendo e precisa ser ajudado.

¹ Donovan (2018) compreende por sujeito qualquer entidade com ponto de vista, desejos e interesses comunicáveis, de maneira que nós, enquanto seres humanos, ao entendermos essa comunicação, temos o dever ético de atendê-la. Em relação ao termo “sujeito” ser atribuído aos animais não humanos, acreditamos que essa discussão é necessária, mas que não seria bem desenvolvida nas poucas páginas de nossa pesquisa. Assim, tendo em mente que esse termo carrega um alto teor antropocêntrico, neste artigo preferimos falar em “individualidade” e “agência”.

Para além da questão da subjetividade, aqui estamos interessados em pensar sobre a consciência ética e o fato das outras espécies comunicarem o seu ponto de vista. Donovan (2018) pontua que Darwin já havia constatado que os animais não humanos expressam suas emoções e desejos por meio de mudanças corporais. Assim, um exemplo fácil de ser compreendido que é dado pelo biólogo, é o modo como os referidos viventes se comportam quando sentem uma dor agonizante: gemem, contorcem o corpo inteiro e tentam de todas as formas escapar daquilo que causa a dor (DONOVAN, 2018). Desse modo, Donovan (2018) mostra que não é difícil para os seres humanos compreenderem as outras espécies animais, basta observarem suas expressões faciais, gestos, sons. Inclusive, a autora salienta que os animais não humanos se posicionam contra a hegemonia antropocêntrica de forma clara quando gritam alarmados, mordem para se defender, aproximam-se com cautela, voam, nadam, caminham retesados para trás, enfim, em todas essas atitudes a comunicação expressa uma mensagem ética clara e inconfundível. Precisamos, portanto, retirar o véu do antropocentrismo que turva nossa visão e admitir a agência desses viventes.

A perspectiva antropocêntrica que torna nosso olhar míope começa a ser questionada nas narrativas mais contemporâneas. Conforme Maciel (2011), a literatura moderna traz um ponto de vista distinto da relação entre o ser humano e as outras espécies animais. Segundo a autora, essas narrativas expressam um desejo de recuperação da animalidade que foi perdida ou recalçada, uma vez que a definição de humano foi criada por meio da negação de nossa animalidade. Dessa forma, os animais não humanos na referida literatura surgem como entidades extremamente questionadoras, não são figurantes ou simples adornos, pelo contrário, fazem parte da composição da obra (NASCIMENTO, 2011).

Na famosa assertiva de Antonio Candido sobre Lygia Fagundes Telles, o crítico sustenta que a autora “sempre teve o alto mérito de obter, no romance e no conto, a limpidez adequada a uma visão que penetra e revela, sem recurso a qualquer truque ou traço carregado, na linguagem ou na caracterização” (CANDIDO, 1989, p. 206). Essa visão límpida presente nos contos de Fagundes Telles é o que nos possibilita penetrar em *História de passarinho* e revelar como essa urdidura ficcional expõe o humanismo antropocêntrico da sociedade.

Nossa análise deve começar pelo título: *História de passarinho*. Não vamos conhecer a história de um pássaro ou de uma ave, mas de um passarinho, no diminutivo. Na Língua Portuguesa, sabemos que o grau diminutivo pode expressar diferentes significados. No contexto do conto, pensar que esse recurso é empregado apenas devido ao tamanho da ave seria simplório, precisamos nos atentar à ambivalência do termo. Por um lado, há a afetividade, o carinho do homem com o pássaro, por outro, o desprezo e o rebaixamento do vivente pela mulher e o filho. Outra questão presente no título que devemos destacar é a preposição “de”, a qual está sozinha, isto é, não conheceremos a história “do” passarinho ou “de um” passarinho. A ausência de um artigo junto da preposição é um indicativo de que os acontecimentos dessa história não ficam restritos à experiência individual da ave em foco, mas que são constantes e se estendem à espécie toda. Vale salientar que lemos o tratamento dispensado ao pássaro pelos humanos como frequente, mas as atitudes do animal representado são individuais,

de modo que outra ave, em situação similar, poderia se portar de maneira distinta da que entramos em contato no conto em foco.

A frase que abre o conto de Lygia Fagundes Telles é simbólica: “Um ano depois os moradores do bairro ainda se lembravam do homem de cabelo ruivo que enlouqueceu e sumiu de casa.” (TELLES, 2018, p. 520). Essa composição desperta no leitor diversas curiosidades, a saber: por que o homem enlouqueceu? Como ele sumiu? O que há de excepcional na história desse homem que faz os moradores do bairro seguirem pensando sobre ela após um ano? No parágrafo seguinte, o narrador revela a vida comum que o personagem levava: “[...] todos já sabiam que era um bom homem que de repente abandonou casa, emprego no cartório, o filho único, tudo. E se mandou Deus sabe para onde.” (TELLES, 2018, p. 520). A situação é inusitada, afinal, por que esse homem abandonaria um emprego estável e uma família estruturada? A resposta encontrada por sua esposa é a seguinte: “Só pode ter enlouquecido, sussurrou a mulher, e as pessoas tinham que se aproximar inclinando a cabeça para ouvir melhor. Mas de uma coisa estou certa, tudo começou com aquele passarinho, começou com o passarinho.” (TELLES, 2018, p. 520).

A justificativa dada pela mulher está embasada no narcisismo antropocêntrico presente nas raízes de nossa cultura. Assim, o marido não abandonou a casa por um desejo próprio, mas porque foi corrompido pelo pássaro. A ave se torna, nessa perspectiva, o grande inimigo da família, por culpa dela é que o homem deixou o seu lar. Nessa resposta também vemos como o diminutivo “passarinho” é usado pela mulher com desprezo, afinal esse vivente não passa de um ser inferior, mesquinho. A perspectiva da esposa é endossada pelo menino: “Ô! Pai, caçoava o filho, que raio de passarinho é esse que você foi arrumar?!” (TELLES, 2018, p. 520), ou seja, para a criança, a ave não tem importância, o pai não deveria tê-la trazido para casa.

Em seguida, a narrativa começa a mostrar a relação do homem com o pássaro, bem como com o restante da família. O Pai explica que encontrou a ave na rua, que deveria ter caído do ninho, mas que não sabe qual é a sua raça. O menino, então, replica: “Você não sabe nada mesmo, Pai, nem marca de carro, nem marca de cigarro, nem marca de passarinho, você não sabe nada.” (TELLES, 2018, p. 520). A gradação de ideias do menino elencando produtos até chegar ao pássaro, mostra como esse vivente é visto como mais um objeto, mas não um objeto qualquer, é um que possui marca, isto é, está inserido na lógica mercadológica do capitalismo. Isso explica os seguintes posicionamentos da Mãe e do menino: “Ai! o canto desse passarinho, resmungava a mulher, Você quer mesmo me atormentar, Velho. O menino esticava os braços tentando fazer rodinhas com a fumaça do cigarro que subia para o teto: Bicho mais chato, Pai. Solta ele.” (TELLES, 2018, p. 521). O pássaro incomoda não só porque é visto como inferior, mas porque é um produto sem utilidade, ele é chato, tudo o que faz é cantar e isso não gera capital.

Os seres humanos também estão presos no sistema de exploração capitalista. A esposa lamenta-se: “[...] nunca pensei que nesta idade eu fosse trabalhar tanto assim.” (TELLES, 2018, p. 521). Além disso, desde o início é dado destaque ao emprego do homem no cartório, mas, como vemos em seguida, ele não está feliz com a vida que leva, sente-se preso, tem sua liberdade cerceada pelas instituições que exercem seu poder de coerção. Assim, o especismo exposto pela

família, para além de ser um comportamento individual, é um sintoma da cultura do racionalismo em que estão inseridos. Inclusive, o próprio Pai, que mantém uma relação afetiva com o pássaro, tem uma conduta antropocêntrica: retirar a liberdade da ave colocando-a em uma gaiola. A decisão do personagem em ajudar o pássaro que provavelmente caiu do ninho é louvável, mostra que estaria em um caminho ético, contudo, trazer o vivente para sua casa e prendê-lo em uma gaiola é uma atitude extremamente violenta.

Vale salientar que nenhum dos personagens possui nome, sabemos apenas a posição que ocupam na família: pai, mãe e filho. Diante disso, podemos inferir algumas interpretações. Primeira: não possuem nome porque dentro do capitalismo são reificados e transformados em mercadoria e, por isso, perderam sua individualidade, afinal, o nome e o sobrenome são marcadores importantes da construção subjetiva do ser humano na literatura (no caso do pai, em específico, veremos que sua relação com o pássaro resulta na disjunção entre objetificação e subjetividade apresentada por Donovan (2018), isto é, no despertar de sua consciência crítica e no entendimento de que não é uma coisa). Segunda: o nome dos personagens não é exposto, pois assim cria-se a impressão de que o tratamento dispensado ao pássaro não está restrito à família em foco, pelo contrário, trata-se de uma conduta que se repete em outros locais, sempre influenciada pela arrogância do racionalismo. Terceira: para criar a sensação de que não só vemos o pássaro pelos olhos da família, mas que, de alguma forma, enxergamos essas pessoas pela perspectiva da ave, a qual não está preocupada em nomear os humanos, apenas vive e enxerga seus comportamentos sociais enquanto pai, mãe e filho.

Todos os dias, antes de ir ao trabalho, o homem observa o que o pássaro comunica: “Antes de sair para o trabalho o homem ruivo costumava ficar algum tempo olhando o passarinho que desatava a cantar, as asas trêmulas ligeiramente abertas, ora pousando num pé ora noutra e cantando como se não pudesse parar nunca mais.” (TELLES, 2018, p. 521). O recado é claro: está desesperado, quase como se implorasse por sua liberdade. Em seguida, o narrador revela: “O homem então enfiava a ponta do dedo entre as grades, era a despedida e o passarinho, emudecido, vinha meio encolhido oferecer-lhe a cabeça para a carícia.” (TELLES, 2018, p. 521), isto é, a ave se retrai diante da aproximação do Pai, cala-se, aproxima-se com cautela, reconhece o perigo da hegemonia antropocêntrica, sabe que esse homem é quem retirou sua liberdade, mas também o identifica como a única entidade da casa que oferece algum conforto.

A agência do pássaro é explícita: “Enquanto o homem se afastava, o passarinho se atirava meio às cegas contra as grades, fugir, fugir. Algumas vezes, o homem assistiu a essas tentativas que deixavam o passarinho tão cansado, o peito palpitante, o bico ferido.” (TELLES, 2018, p. 521). Não há como ignorarmos o desejo do pássaro, não há dúvidas de que sonha com sua liberdade. A vontade é tão extrema que se machuca tentando fugir da prisão. A mensagem é clara e o homem compreende.

É importante destacarmos a construção estilística deste trecho: “Enquanto o homem [s]e a[f]a[s]ta[v]a, o pa[ss]arinho [s]e atira[v]a meio à[s] [c]ega[s] contra a[s] grade[s], [f]ugir, [f]ugir.”, a recorrência dos fonemas /f/ e /v/ das consoantes labiodentais e do /s/ da alveolar ao longo da frase, os quais remetem a sopros e

sons sibilantes, começam a compor a ideia do bater de asas do vivente, a qual é concretizada na aliteração do fonema /f/ que surge por causa da duplicação do verbo “fugir” e arremata a sentença criando o som das asas que batem tentando escapar.

Antes de nos aprofundarmos na análise da relação existente entre o homem e o pássaro, precisamos refletir sobre a animalidade. Dominique Lestel (2011) explica que há uma grande dificuldade em definir o referido conceito, em suas palavras: “a animalidade designa uma classe de criaturas vivas, da qual o humano tenta se distinguir, ela não remete apenas a uma classe de seres, mas às relações que esta mantém com outras classes.” (LESTEL, 2011, p. 23). O autor observa que as características conferidas à animalidade abarcam todas as espécies animais, menos o ser humano. Nesse sentido, o conceito de homem e animal é concebido a partir de um confronto. De acordo com Lestel (2011), a animalidade está sempre no horizonte humano por meio da perda ou da fuga para fora de si.

A animalidade, portanto, é resultado de uma história natural, tendo em vista as diferenças biológicas que existem entre os humanos e as outras espécies animais, mas também é produto de uma história cultural, a qual, como vimos, é construída a partir da cultura do racionalismo e coloca os animais não humanos como inferiores, daí a necessidade humana de negar sua animalidade. Com isso em mente, Lestel (2011) pontua que a animalidade é pensada a partir da negação de todas as características que se espera de um ser humano, de maneira que a imagem humana é superposta às outras espécies animais.

Nessa perspectiva, o homem é o animal cuja natureza é não ter uma natureza. Lestel (2011) esclarece que a hominização não foi construída contra a animalidade, mas por meio de sua negação, configurando-se, assim, como seu contrário. Dessa forma, não é possível chegar a uma definição completa de humano se as outras espécies animais forem ignoradas, do mesmo modo, não conseguimos pensar em uma animalidade desvinculada da figura humana (LESTEL, 2011). Portanto, conforme Lestel (2011, p. 37): “A animalidade remete, então, mais ao que lhes é comum do que aquilo que os distingue. Ela está ligada àquela dimensão do humano que este oculta, notadamente, ao desqualificar seu corpo, seus desejos ou seus afetos em relação ao seu espírito e à sua racionalidade.”, isto é, a relação entre os animais humanos e não humanos é o que constitui a animalidade.

Contudo, precisamos pontuar que essas relações não são simétricas. Lestel (2011) acentua que o ser humano precisa falar sobre a relação, justificá-la, explicá-la, não se contentando em vivê-la, diferentemente das outras espécies animais. Então, a diferença entre o homem e os animais não humanos, conforme Lestel (2011), não diz respeito ao fato de um falar e o outro permanecer em silêncio, mas sim na necessidade humana de dissertar sobre as relações, ao contrário das outras espécies animais que simplesmente vivem-nas.

Dessa forma, segundo Maciel (2016), ao mesmo tempo em que os animais não humanos são nosso grande outro, eles são nossos semelhantes, estão distantes e próximos, fascinam-nos e nos assombram. A cada passo que damos em sua direção, eles se afastam outro, de modo que, para Maciel (2016), essa estranheza desperta o lado animal que há dentro de nós. A literatura, então, constitui-se como um campo profícuo para a sondagem da alteridade animal, afinal, a curiosidade

sobre as espécies não humanas sempre instigou a imaginação de escritores (MACIEL, 2016).

A ameaça da animalidade, que ao longo da história literária gerou criaturas híbridas e perigosas como vampiros e lobisomens, começa a sofrer mudanças na metade do século XX e início do século XXI. Na tentativa de recuperar essa animalidade que foi perdida ou recalcada, os escritores, de acordo com Maciel (2016), reconfiguram os modos de representação da relação entre animais humanos e não humanos, trazendo para suas obras novas perspectivas, cujo foco não está apenas na relação entre as espécies, mas também nas conjunções e disjunções entre humanidade e animalidade. Assim, Maciel (2016, p. 25) acentua que, “as tentativas literárias de se recuperar o elo intrínseco entre o ser humano e o não humano têm se afirmado no nosso tempo como formas criativas de acesso ao outro lado da fronteira que nos separa do animal e da animalidade.”.

Nesse ponto, é importante refletirmos sobre o ato de escrever o animal, isto é, de transformá-lo em um ser literário. Maciel (2016) nos apresenta questionamentos importantes sobre a referida prática, a saber: até que ponto a linguagem verbal pode expressar a individualidade das outras espécies animais, uma vez que não se constituem por meio de palavras? Os escritores, nesse sentido, são realmente capazes de revelar a outridade animal? Para responder essas indagações, Maciel (2016) nos propõe uma reflexão acerca de outra questão: ainda que seja paradoxal, o ato de escrever o animal não seria uma forma de diminuir as diferenças entre humanos e não humanos fomentando uma aproximação entre espécies e, conseqüentemente, possibilitando uma relação de afinidade? Para Maciel (2016), transformar o animal em um ser literário é uma atitude de espelhamento e identificação, ou seja, escrever o animal é exercitar a animalidade que habita no ser humano. Ademais, a autora observa que:

Esse exercício poderia, inclusive, ser tomado sob a perspectiva do conceito de “outridade”, de Octavio Paz, ou seja, uma passagem (ou um salto) para o outro lado da fronteira, que é, ao mesmo tempo, um encontro com “algo do qual fomos arrancados” e que está dentro de nós. O movimento em direção ao outro é, nesse sentido, um ir para dentro do que nos define enquanto um eu. (MACIEL, 2016, p. 101).

A literatura, então, permite que a relação humana com as outras espécies animais seja um exercício de aprendizagem (MACIEL, 2016). Os animais não humanos podem ser entendidos como nosso duplo, pois por meio deles reconhecemos nossa animalidade. Assim, conforme Maciel (2016), a literatura, enquanto espaço de revelação da outridade, possibilita um encontro/interação com o animal que está além da alegoria, da imitação ou da transformação física do humano em não humano, o que temos é a possibilidade de atravessar as fronteiras entre humanidade e animalidade, e saltar, radicalmente, para o outro lado da margem recuperando aquilo que negamos.

Mais do que ser um conto sobre dois viventes que desejam liberdade, *História de passarinho* é a narrativa sobre o encontro entre um homem e um

pássaro, no qual uma relação é construída e há um espelhamento de sentimentos. Nessa interação, há identificação e aprendizagem.

Já vimos como a mulher e a criança rebaixam a ave, agora devemos dar destaque à maneira como tratam o homem. Na frase “Você não sabe nada mesmo, Pai, nem marca de carro, nem marca de cigarro, nem marca de passarinho, você não sabe nada.” (TELLES, 2018, p. 520), a criança não está apenas mostrando como o pássaro é visto enquanto um produto, ela expressa o olhar sobre a inutilidade do pai, sobre a ignorância desse homem. A esposa compartilha da perspectiva do filho: “[...] em negra hora se casara com um homem que não prestava para nada, Não sei mesmo onde estava com a cabeça quando me casei com você, Velho.” (TELLES, 2018, p. 521), isto é, assim como o pássaro, o homem não tem serventia e é um incômodo.

O narrador, então, revela: “Em verdade, o homem ruivo sabia bem poucas coisas. Mas de uma coisa ele estava certo, é que naquele instante gostaria de estar em qualquer parte do mundo, mas em qualquer parte mesmo, menos ali.” (TELLES, 2018, p. 520). Aqui, começamos a entender que a casa, a família, o emprego no cartório são a gaiola do homem, ele está desconfortável com sua situação, deseja estar em outro lugar, qualquer local onde não se sentisse preso seria melhor. É por meio desse sentimento que o Pai inicia a identificação com o pássaro, é quando começa a saltar para a outra margem, a perceber-se animal: “Mais tarde, quando o passarinho cresceu, o homem ruivo ficou sabendo também o quanto ambos se pareciam, o passarinho e ele.” (TELLES, 2018, p. 520).

A diferença entre homem e pássaro é que este está certo de seu desejo, quer sua liberdade imediatamente, as tentativas de fugir da gaiola que chegam a machucar seu corpo são a prova disso; já aquele está incerto sobre viver a liberdade, tem dúvidas sobre sua capacidade de deixar a prisão. Após perceber agência do pássaro, o homem diz: “Eu sei, você quer ir embora, você quer ir embora mas não pode ir, lá fora é diferente e agora é tarde demais.” (TELLES, 2018, p. 521), com isso, provavelmente, o Pai queria dizer ao pássaro que ele cresceu dentro da gaiola, que não saberia como viver na imensidão do mundo, como buscar alimento, como enfrentar outros animais, afinal, a realidade conhecida pelo pássaro ao longo de toda sua vida foi a realidade das grades. Contudo, a ave não dá importância para esses fatores, o seu desejo é ficar livre, de modo que a referida frase mais do que ser dita ao pássaro, é dita para ele próprio, ou seja, projeta na ave suas dúvidas e inseguranças. Para o homem, o sonho de liberdade não pode mais se concretizar porque está preso ao emprego e à família, a liberdade almejada deveria ter sido buscada antes, quando era jovem, quando existia a possibilidade, agora é tarde e ele precisa aguentar a realidade.

Assim, por meio desse espelhamento de sentimentos, do compartilhamento de desejos, os dois personagens se identificam. O ambiente hostil da casa faz com que homem e pássaro se sintam confortáveis juntos: “Quando a mulher baixava o tom de voz, ainda furiosa (mas sem saber mais a razão de tanta fúria), o homem ruivo fechava o livro e ia conversar com o passarinho que se punha tão manso que se abrisse a portinhola poderia colhê-lo na palma da mão.” (TELLES, 2018, p. 521). Desse modo, ainda que no início da relação o pássaro tenha mostrado seu posicionamento contrário à hegemonia antropocêntrica personificada na figura do Pai, ao longo de sua vida na gaiola percebe que esse homem é a figura na qual pode

confiar dentro da casa, mesmo que tenha sido ele quem tirou sua liberdade. De certa forma, podemos dizer que a ave e o homem constituem, a sua maneira, o que Lestel (2011) chama de comunidade híbrida que, grosso modo, pode ser entendida como uma comunidade que prega pela vida comum entre as espécies, a complementaridade, a riqueza e diversidade das relações do homem com o animal, o compartilhamento de sentido e interesses, as trocas mútuas.

O momento decisivo no conto de Lygia Fagundes Telles se dá quando o Pai esquece a portinhola da gaiola aberta. O personagem vai tomar café e volta para cobrir a gaiola, nesse instante percebe que está vazia. A atitude do homem não é de desespero ou lamento, pelo contrário: “Ele então sentou-se no degrau de pedra da escada e ali ficou pela madrugada, fixo na escuridão.” (TELLES, 2018, p. 521), ele passa a noite sentado no degrau, refletindo sobre a atitude do pássaro. Ao amanhecer, o gato da vizinha, muito feliz, aproxima-se da escada em que estava:

Por entre o pelo negro do gato despreendeu-se uma pequenina pena amarelo-acinzentada que o vento delicadamente fez voar. O homem inclinou-se para colher a pena entre o polegar e o indicador. Mas não disse nada, nem mesmo quando o menino que presenciara a cena desatou a rir, Passarinho mais besta! Fugiu e acabou aí, na boca do gato. (TELLES, 2018, p. 521-522).

A fuga do pássaro, seu desprendimento em relação ao que poderia acontecer ao sair da casa, sua coragem em simplesmente viver sua liberdade são questões que impactam o homem. Ele aprende com a ave nesse momento, aprende que não precisa ter medo. Se o vivente foi morto pelo gato não importa, uma vez que ver-se livre da gaiola e voar para longe da prisão deve ter sido um dos momentos mais felizes da vida do pássaro, foi a concretização de seu desejo. A partir da contemplação da pequenina pena amarelo-acinzentada, o homem salta para o outro lado da margem, reconhece sua animalidade e, paradoxalmente, sua humanidade. Ao se identificar com a outridade animal, deixa de desqualificar seu corpo e negar seus desejos e afetos em detrimento da suposta racionalidade. Aceita aquilo que estava guardado em seu íntimo. O narrador continua:

Calmamente, sem a menor pressa o homem ruivo guardou a pena no bolso do casaco e levantou-se com uma expressão tão estranha que o menino parou de rir para ficar olhando. Repetiria depois à Mãe, Mas ele até que parecia contente, Mãe, juro que o Pai parecia contente, juro! A mulher então interrompeu o filho num sussurro, Ele ficou louco. (TELLES, 2018, p. 522).

Nesse trecho fica clara a compreensão da outridade animal, ele não está triste porque o pássaro morreu, pelo contrário, está contente em perceber que a ave conquistou a liberdade desejada. É relevante observarmos que o homem já não tem necessidade de falar nada, começa a ficar mais interessado em viver, assim

como o pássaro. Aqui, também há a explicação de como o boato sobre a loucura do Pai surgiu. Ao não compreenderem a atitude do homem, ao continuarem presos à cultura do racionalismo, a esposa e o filho não conseguem enxergar a razão pela qual ele saiu de casa, contudo, sabemos que não ficou louco, estava apenas sendo ele mesmo. Inclusive, o caso continua intrigando a vizinha depois de tanto tempo porque não são capazes de reconhecer a própria animalidade, estão preocupados em encontrar explicações e justificativas para a atitude do Pai.

Em seu momento de tornar-se animal, de reconhecimento da própria animalidade, da compreensão de si, o homem muda, nesse instante, não há mais como ignorá-lo ou rebaixá-lo, pela primeira vez a criança enxerga seu pai de verdade: “descobriu de repente: o Pai era um homem alto, nunca tinha reparado antes como ele era alto. Não contou também que estranhou o andar do Pai, firme e reto, mas por que ele andava agora desse jeito?” (TELLES, 2018, p. 522). O menino não conta aos outros como notou o andar diferente do homem e o quanto ele era alto, provavelmente, não compreende essas características que já não podem passar despercebidas, não consegue entender a verdadeira natureza do homem.

A narrativa acaba com um convite: “E repetiu o que todos já sabiam, que quando o Pai saiu, deixou o portão aberto e não olhou para trás.” (TELLES, 2018, p. 522). Da mesma forma que o pássaro sai da gaiola sem receios e deixa a portinhola aberta, o homem sai de casa sem olhar para trás, deixando o portão aberto, fazendo um convite para que a esposa e o filho também parem de recalcar seus desejos. Convida-os a sair de suas gaiolas, a deixar as portas abertas para as possibilidades. Convida-os a viver.

Portanto, com o objetivo de analisar a representação dos animais não humanos dentro da literatura, observamos que o conto *História de passarinho*, de Lygia Fagundes Telles, possibilitou a discussão sobre animalidade e antropocentrismo. Ao longo do estudo, também entendemos o modo como a cultura do racionalismo faz com que os seres humanos inferiorizem as outras espécies animais, bem como essa cultura é prejudicial para todos os viventes. Além disso, entendemos que os animais não humanos possuem agência e um ponto de vista comunicável, de maneira que temos o dever ético de acatar aquilo que nos informam. Em relação à animalidade, vimos que não podemos chegar a uma definição de ser humano desprezando as outras espécies animais, ou seja, a humanidade se constrói por meio da negação da animalidade, de modo que a prática de escrever o animal pode ser um exercício de aprendizagem.

Assim, a narrativa de Telles nos mostrou como a cultura do racionalismo faz com que os personagens do conto rebaixem o pássaro, tratando-o como inimigo, como produto, como objeto sem utilidade. Contudo, também revela como a ave possui um ponto de vista e desejos que são comunicáveis, fáceis de serem compreendidos pelo ser humano. Essa história sobre o encontro de um homem com um pássaro mostra a forma como os dois viventes compartilham de sentimentos semelhantes, bem como ressalta a diferença entre eles: um querendo simplesmente viver, enquanto o outro está incerto e criando impositivos/justificativas para não fazer o que deseja. Ao final, o pássaro ensina ao homem, ensina-o a viver, ensina-o a aceitar sua animalidade.

Referências

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 199-215.

DONOVAN, Josephine. Animal Ethics, the New Materialism and the question of subjectivity. In: MATSUOKA, Atsuko; SORENSON, John (Org.). **Critical animal studies: towards trans-species social justice**. Londres; Nova York: Rowman & Littlefield International, 2018. p. 257-272.

FITZGERALD, Amy J.; PELLOW, David. Ecological defense for animal liberation: a holistic understanding of the world. In: NOCELLA II, Anthony J. et al (Org.). **Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation**. Nova York: Peter Lang, 2014. p. 28-45.

LESTEL, Dominique. A animalidade, o humano e as “comunidades híbridas”. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 23-50.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

MACIEL, Maria Esther. Poéticas do animal. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 86-98.

MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NASCIMENTO, Evando. Rastros do animal humano: a ficção de Clarice Lispector. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 117-144.

NUNES, Benedito. O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 9-22.

ORWELL, George. **A Revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PLUMWOOD, Val. **Environmental culture: the ecological crisis of reason**. Londres; Nova York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2005.

TELLES, Lygia Fagundes. **Os contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WEITZENFELD, Adam; JOY, Melanie. An overview of Anthropocentrism, Humanism, and Speciesism in Critical Animal Theory. In: NOCELLA II, Anthony J. et

al (Org.). **Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation**. Nova York: Peter Lang, 2014. p. 3-25.

Para citar este artigo

MENDONÇA, F. da S. de. Animalidade e antropocentrismo em “História de passarinho”, de Lygia Fagundes Telles. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 5, 2021, p. 318-332.

A autora

FELIPE DA SILVA MENDONÇA é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).